



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

**JAILSON DE ANDRADE DA SILVA SANTOS
JOÃO VICTOR ALVES DA SILVA**

**JUVENTUDES NEGRAS E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS E
POTENCIALIDADES PARA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E
SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS**

MACEIÓ-AL

2024

JAILSON DE ANDRADE DA SILVA SANTOS

JOÃO VICTOR ALVES DA SILVA

**JUVENTUDES NEGRAS E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS E
POTENCIALIDADES PARA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E
SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Pedagogia da Universidade Federal de
Alagoas, como requisito parcial à obtenção do título
de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Abdízia Maria Alves
Barros.

MACEIÓ-AL

2024

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Setorial Lúcia Lima do Nascimento - CEDU
Bibliotecário: Cláudio César Temóteo Galvino - CRB4 - 1459

S237j Santos, Jailson de Andrade da Silva.

Juventudes negras e educação de jovens e adultos: desafios e potencialidades para promoção da igualdade racial e superação das desigualdades sociais. / Jailson de Andrade da Silva Santos; João Victor Alves da Silva. Maceió, 2024.

29 f.: il.

Orientadora: Abdízia Maria Alves Barros.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) – Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.

Bibliografia: p.28-29.

1. Juventude. 2. Educação de jovens e adultos. 3. Inclusão. 4. Igualdade racial. I. Silva, João Victor Alves da. II. Título.

CDU: 374.3/.7=96

FOLHA DE APROVAÇÃO

JAILSON DE ANDRADE DA SILVA SANTOS

JOÃO VICTOR ALVES DA SILVA

JUVENTUDES NEGRAS E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS E POTENCIALIDADES PARA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Pedagogia da Universidade Federal de
Alagoas, como requisito parcial à obtenção do título
de Licenciatura em Pedagogia.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 16/12/2024.

Orientadora: Profa. Dra. Abdizia Maria Alves Barros (CEDU/UFAL)

Documento assinado digitalmente
 **ABDIZIA MARIA ALVES BARROS**
Data: 17/12/2024 00:50:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Abdízia Maria Alves Barros – UFAL - (Orientadora)

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **ANA MARIA VERGNE DE MORAIS OLIVEIRA**
Data: 17/12/2024 00:58:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Ana Maria Vergne de Moraes Oliveira (CEDU/UFAL) - (Examinador)

Documento assinado digitalmente
 **MARIANA GUEDES RAGGI**
Data: 17/12/2024 09:45:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Mariana Guedes Raggi (CEDU/UFAL) - (Examinadora)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo entender como as juventudes negras estão inseridas no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), desde às percepções em relação ao pertencimento étnico-racial aos enfrentamentos desse público frente aos conflitos geracionais e às ações impetradas pelo racismo na sociedade. Através de uma revisão de literatura, este estudo pretende identificar as concepções de juventudes e, principalmente, as juventudes negras, para que possamos analisar até que ponto a escolarização ofertada na EJA possibilita que esses jovens sejam acolhidos e tenham as suas diferenças e história respeitadas. Para isso, alguns pontos requerem atenção, como analisar como a EJA lida com as juventudes e refletir quais os desafios que enfrenta para a inclusão desse público, identificar as concepções e como se constitui a juventude negra no Brasil e reconhecer a importância da escola para o acolhimento e desenvolvimento das diferentes juventudes. Assim, as considerações deste trabalho são no sentido de evidenciar as dificuldades e as potencialidades vivenciadas nesta modalidade de ensino, considerando suas estratégias ao receber os jovens e compreender como a valorização da história cultural das juventudes negras é fundamental para desenvolvimento de políticas educacionais equitativas que promovam a participação plena desses jovens na sociedade.

Palavras-chave: Juventudes; Educação de Jovens e Adultos; Inclusão; Igualdade Racial.

ABSTRACT

This study aims to understand how black youth are inserted in the context of Youth and Adult Education (EJA), from their perceptions regarding ethnic-racial belonging to the confrontations of this public in the face of generational conflicts and the actions brought about by racism in society. Through a literature review, this study aims to identify the conceptions of youth and, mainly, black youth, so that we can analyze to what extent the schooling offered in EJA allows these young people to be welcomed and have their differences and history respected. To this end, some points require attention, such as analyzing how EJA deals with young people and reflecting on the challenges it faces in the inclusion of this public, identifying the conceptions and how black youth are constituted in Brazil, and recognizing the importance of school for the reception and development of different types of youth. Thus, the considerations of this work are aimed at highlighting the difficulties and potentials experienced in this teaching modality, considering its strategies for receiving young people and understanding how valuing the cultural history of black youth is fundamental for the development of equitable educational policies that promote the full participation of these young people in society.

Keywords: Youth; Youth and Adult Education; Inclusion; Racial Equality.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. METODOLOGIA	9
3. NOÇÕES DE JUVENTUDES	9
3.1 Conceito Sobre Juventudes	9
3.2 As Políticas De Juventude no Brasil	11
4. JUVENTUDES NEGRAS NA EJA	13
4.1 Educação de Jovens e Adultos e Promoção da Igualdade Racial	15
4.2 A Educação Brasileira a Partir dos Dados do IBGE	18
4.3 Racismo e Exclusão no Ambiente Escolar	20
5. A IMPORTÂNCIA DA EJA PARA A JUVENTUDE NEGRA	23
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	28

1. INTRODUÇÃO

A modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) é historicamente construída como um espaço primordial para a promoção da inclusão educacional, principalmente para as pessoas que vivem recortes marginalizados que, por motivos sociais, econômicos e culturais, tiveram que lidar com algum tipo de exclusão ou não puderam ter acesso ao sistema de ensino formal. Nesse sentido, as juventudes negras, em particular, demandam um olhar atento em função de suas inúmeras experiências atravessadas por diferentes formas de opressão.

A juventude negra no Brasil é um segmento expressivo da população, mas suas trajetórias ainda são marcadas por desigualdades estruturais, refletindo as persistentes violências do racismo e da discriminação racial, que, por sua vez, impactam diretamente no acesso, permanência e sucesso no ambiente educacional. Dentro deste quadro, o papel da EJA torna-se crucial não apenas como uma alternativa educacional, mas como um espaço de resistência e ressignificação das identidades étnico-raciais. A especificidade da EJA segue no sentido de acolher aqueles que, por inúmeras razões, estão à margem do sistema convencional de ensino. Entretanto, lidando com um público tão diverso, incluindo as juventudes negras, o sistema precisa reconhecer e respeitar essas diversidades, bem como garantir que essas histórias sejam representadas e ouvidas.

Historicamente, a Educação de Jovens e Adultos tem contribuído a uma população heterogênea e, nas últimas décadas, enfrenta a necessidade de adaptar-se às questões de identidade. Sendo assim, é importante ainda considerar que há também conflitos geracionais entre os alunos que frequentam esta modalidade de ensino. Nessa perspectiva, Silva (2010, p. 149) mostra através de seu estudo que as pessoas adultas na EJA têm um olhar principalmente focado na aprendizagem dos conteúdos sistematizados, enquanto para os jovens, outras questões demandam importância, como o fortalecimento dos vínculos de amizade, a construção das identidades e os questionamentos em torno das vivências na fase da juventude.

A análise proposta por este trabalho busca compreender até que ponto a EJA reflete o acolhimento das juventudes negras e a promoção de uma educação inclusiva que respeite diferenças culturais, étnicas e sociais. Para a professora Abdízia Barros, doutora em Educação e com longos anos de dedicação aos estudos e à luta por uma Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) de qualidade, “é muito importante entender o mundo do trabalho e a questão socioeconômica e cultural desses jovens, as diversidades culturais e as diversidades de gênero”.

É importante, ainda, investigar como essas juventudes percebem o pertencimento étnico-racial dentro deste contexto educacional e como lidam com os conflitos que surgem dessas interações.

O presente trabalho surge, portanto, a partir da necessidade de uma análise das concepções de juventude negra no Brasil, considerando o contexto educacional da EJA. Ainda que existam políticas públicas e iniciativas direcionadas à inclusão educacional de populações invisibilizadas, é preciso avançar na compreensão profunda dos desafios que essas juventudes enfrentam, bem como no desenvolvimento de estratégias que promovam seu engajamento efetivo. A discussão propõe, então, investigar o papel que a escola desempenha não apenas como espaço de transmissão de conhecimento, mas também como ator social crucial no apoio e desenvolvimento das juventudes negras, entendendo que a educação vai além da simples instrução, sendo também uma ferramenta de empoderamento e transformação social.

Ao abordar questões como as percepções de pertencimento étnico-racial e os enfrentamentos cotidianos derivados do racismo, buscamos analisar criticamente as práticas educacionais implementadas na EJA. Através de uma perspectiva bibliográfica de natureza qualitativa, amparada por uma análise exploratória dos materiais produzidos a partir do início dos anos dois mil, este estudo visa contribuir com um panorama sobre a situação da EJA e sua relação com as juventudes negras excluídas dos processos de escolarização regular.

O objetivo principal da pesquisa é oferecer uma visão crítica sobre a atual situação educacional das juventudes negras na EJA, refletindo sobre a inserção destas em um sistema muitas vezes alheio às suas necessidades, mas também repleto de potencial se pensado a partir de uma perspectiva equitativa. Buscamos, assim, um olhar atento para as práticas pedagógicas e as políticas educacionais vigentes, discutindo desde as questões culturais até as questões mais amplas de justiça social. Dessa forma, o artigo não apenas visa levantar questionamentos pertinentes, como também fomentar um debate contínuo em torno da necessidade de reformular e fortalecer estratégias educacionais que realmente valorizem a diversidade étnico-racial, promovendo espaços de aprendizagem que sejam verdadeiramente acolhedores para todos.

2. METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida neste artigo é resultado de um estudo de caráter bibliográfico, voltado para a análise crítica e sistemática de produções acadêmicas que abordem as juventudes negras dentro da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. Tal escolha metodológica fundamenta-se na intenção de reunir, sistematizar e interpretar dados existentes, proporcionando uma compreensão aprofundada sobre como essa parcela da juventude está representada e os desafios enfrentados no contexto educacional.

O estudo bibliográfico, conforme exposto por Prodanov (2013, p.131) “demonstra que o pesquisador está atualizado nas últimas discussões no campo de conhecimento em investigação. Além de artigos em periódicos nacionais e internacionais e livros já publicados, as monografias, dissertações e teses constituem excelentes fontes de consulta”, o que permite ao pesquisador não apenas a síntese dos trabalhos existentes, mas também a identificação de lacunas e novas perspectivas de análise. Este tipo de pesquisa é especialmente relevante quando se propõe a explorar a produção acadêmica sobre temas complexos e heterogêneos, que demandam uma abordagem multidimensional e crítica. Para Gil (2002, p. 45)

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. (...) A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos.

A pesquisa apresentada neste estudo é pautada em uma abordagem qualitativa, cuja escolha se justifica pela complexidade e subjetividade inerentes à temática das juventudes negras na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A metodologia qualitativa privilegia a compreensão dos fenômenos sociais em suas múltiplas dimensões, permitindo, assim, um mergulho profundo nas experiências e nas narrativas que emolduram a vivência educacional dos jovens negros.

3. NOÇÕES DE JUVENTUDES

3.1 Conceito Sobre Juventudes

Assim como o termo “infância” foi reformulado como infâncias pelo modo que cada indivíduo vive esse período da vida de maneira singular, mediante os aspectos sociais que são

inseridos, o termo juventude também dá espaço para que possamos reconhecer que essa transição que é para a vida adulta também pode ser encarada como “juventudes”. Entendemos que o jovem de classe alta vivencia a sua juventude de uma forma que o jovem de classe considerada inferior possa somente imaginar.

Em contraponto, mesmo que suas vantagens e desvantagens, temos as vivências do jovem negro na população que passados por adversidades emergentes buscam constantemente o descobrimento da sua identidade para que consiga manter-se inserido em um grupo social e debater as investidas dos atos provenientes da exclusão social, visto a afirmação de Gomes (2002, p. 39) que tanto a identidade pessoal quanto a identidade socialmente derivada são formadas em diálogo aberto. Podemos também destacar Bourdieu (1983, p. 53) que debate a concepção de juventude relatado que

Isto é muito banal, mas mostra que a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente.

Na fala de Bourdieu há uma diferença no qual vários fatores podem destacar essas diferenças de juventudes no qual a classe dominante manipula para que seus interesses sejam mantidos de forma perpétua, “numa sociedade tradicional, cada criança vinda ao mundo ocupa um lugar definido numa rede social articulada e estabelecida.

Para Calligares (2000, p.63) “em qualquer comunidade hierarquicamente organizada, nascer numa classe, numa casta, numa corporação são figuras iniciais e decisivas do destino”. Também é interessante mencionar que o modo no qual essas pessoas vivem podem caracterizá-las como pessoas já adultas ou jovens mesmo possuindo a mesma faixa etária, uma pessoa que pode iniciar a vida profissional, iniciar um matrimônio como por exemplo tem o início da vida adulta de forma mais precoce do que a outra que se dedica aos estudos, viagens e poucas preocupações atribuídas a vida adulta.

Para podermos definir juventude de acordo com a psicologia, iremos identificar esse fenômeno a partir das transformações que o seu corpo vai sofrendo, tanto numa perspectiva visual onde identificamos as mudanças da massa muscular, crescimentos de pelos etc. quanto às condições que não são visualmente aparente como as mudanças hormonais, desejos sexuais voltado para uma forma em que o objeto sexual se desprende dos complexos de Elektra e de Édipo partindo para uma nova perspectiva de desejos, no qual o aumento da libido em seu corpo torna um corpo sexuado, transformações essas decorrentes da puberdade no período da

adolescência, no qual o sujeito vai deixando a visão dos pais como um modelo a ser idealizado.

Todas essas alterações que são recorrentes no momento da puberdade do indivíduo acabam coincidindo com o período categorizado de juventude no qual é anterior à idade adulta que pode ser considerado atualmente a partir das ideias de força, sentimento de inadequação, rebeldia, ruptura, hedonismo.

Vale ressaltar que segundo Cavalcante (2023, p.164) “as reelaborações da instituição escola, a juventude começa a ser tomada como um ciclo de vida, marcadamente pelas definições de infância e adolescência emergentes nesse momento, sobretudo pelas influências de Rousseau”. Assim, a escola assume sua importância no sentido de contribuir para que os alunos consigam construir habilidades para lidar com as mudanças e ressignificá-las.

3.2 - As Políticas De Juventude no Brasil

Para que possamos refletir sobre a juventude brasileira, é necessário considerar que por muito tempo a agenda das políticas públicas estiveram atreladas principalmente a uma lógica compensatória ou de controle sobretudo em relação às pessoas negras e para isso foram criados diversos programas e

como exemplo, cita-se a grande proliferação de programas esportivos, culturais e de trabalho, orientados para controle social do tempo livre dos jovens e destinados particularmente para os moradores dos bairros pobres das grandes cidades. Prevaleram, portanto, políticas focalizadas em setores que apresentam as características de vulnerabilidade, risco ou transgressão – normalmente, os grupos visados encontravam-se na juventude urbana, pobre e negra (Silva; Andrade, 2009, 49).

Em 2005, a criação da Secretaria Nacional de Juventude representou um avanço importante para assegurar a garantia de direitos à população jovem. O órgão surgiu a partir de uma série de discussões na área iniciadas a partir da década de 90, principalmente através da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, tido por Silva e Andrade (2009, p. 49) como

resultado de intensa mobilização da sociedade e de movimentos sociais vinculados à questão emblemática de meninos e meninas de rua na década de 1980, foi um marco importante para a questão juvenil, mesmo reconhecendo que seus avanços se aplicaram apenas aos jovens de 18 anos incompletos.

Nessa direção, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996 é o documento imprescindível para a garantia de políticas para a juventude, tendo em vista a sua importância para a organização e regulação do sistema educacional brasileiro e, em específico, reconhece a EJA como uma modalidade de educação para jovens e adultos, estimulando o

fortalecimento ao acesso às ações afirmativas do Estado por parte desse público. A legislação orienta que as instituições de ensino sejam ativas na busca por condições que considerem as especificidades dos educandos que frequentam o EJAI, pois é sabido da necessidade de uma carga horária flexível, das aulas no período noturno e proposições que incentivem a juventude a frequentar esse espaço. Há a preocupação com os conteúdos escolares com o intuito de assegurar os saberes sistematizados também ofertados nas escolas de ensino regular, mas de maneira adequada às condições de vida desses jovens.

Portanto, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) dá continuidade a uma série de mudanças que estavam acontecendo e, a partir da sua criação, foi possível ter uma estrutura que coordenasse questões e ações a longo prazo para os jovens propiciando a garantia do protagonismo juvenil. A partir da sua instalação, a juventude pode observar o desenvolvimento de programas educacionais, maior oferta de cursos de capacitação e uma melhora na participação desse público. Entre as políticas que nasceram desse momento, o ProJovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens) foi uma das que demonstrou o esforço da administração pública para fomentar estratégias que pudessem pensar numa formação integral do jovem.

Com o programa, criado em 2005 durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, havia a intenção de minimizar as desigualdades sociais e buscar a inclusão, principalmente, de jovens em situação de vulnerabilidade ou que, por algum motivo, foi excluído do sistema regular de ensino.

Para isso, inicialmente o ProJovem tinha uma estrutura separada em algumas modalidades: ProJovem Adolescente, para atender os jovens de 15 a 17 anos; ProJovem Urbano, destinado aos jovens de 18 a 29 anos; ProJovem Trabalhador, a fim de atender jovens entre 18 a 29 anos em situação de desemprego; ProJovem Campo, focado em jovens com idade entre 18 e 29 anos que vivem em áreas rurais. Em 2007, o programa foi unificado e suas estrutura foi redesenhada. Em 2016, o ProJovem foi extinto durante o governo de Michel Temer, com a justificativa de que o programa não havia atingido os resultados esperados.

Ao longo do tempo, mesmo resistindo a algumas transformações, durante o governo de Jair Bolsonaro (2018 a 2022) as atribuições da Secretaria Nacional de Juventude foram distribuídas entre alguns ministérios e, assim, suas políticas terminaram esvaziadas.

Após os retrocessos em relação às políticas públicas direcionadas à juventude e, especificamente, a juventude negra, no novo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (a partir de 2023), o recém-criado Ministério da Igualdade Racial lançou o Plano da Juventude Negra Viva (PJNV), o qual

Tem por finalidade a redução da violência letal e das vulnerabilidades sociais contra a juventude negra e o enfrentamento ao racismo estrutural. Este Plano é fruto da reivindicação histórica do movimento negro, que, ao longo da sua construção, teve enquanto pauta central e de unidade o combate ao extermínio da juventude negra, e da reivindicação coletiva do movimento de juventude sobre enfrentamento à violência letal que atinge a juventude negra. (Brasil, 2024, p. 35)

O plano, criado também com a contribuição da sociedade, a qual participou por meio de caravanas realizadas pelo governo na intenção de organizar momentos de diálogo, foi lançado diante dos desafios de reestruturar as ações em torno da juventude, tendo em vista a descontinuidade de diversas políticas, e assume um compromisso com o jovem negro que historicamente enfrenta inúmeras barreiras diante do racismo estrutural e das desigualdades sociais. Sendo assim

A juventude negra passa a ter voz ativa, direta, e a ser protagonista na elaboração da política que não busca apenas a redução da letalidade, mas, sobretudo, a garantia de acesso pleno à educação, saúde, cultura, trabalho e renda, para que possa viver em toda sua potencialidade agora e no futuro. O direito à vida é o centro desta política. (Brasil, 2024, p. 33)

Tal política é uma estratégia importante para o enfrentamento do racismo tão enraizado na sociedade brasileira. Gomes (2018, p. 13) diz que

O racismo não é uma mera consequência da violência que assola a juventude negra brasileira. Ele também não é um epifenômeno da questão de classe ou somente uma questão do Estado. O racismo é violento e produz violência. Uma violência que incide sobre determinados sujeitos, portadores de sinais diacríticos específicos, frutos de uma ancestralidade negra e africana. No imaginário sociorracial, aos portadores desses sinais soma-se tudo de negativo que a violência racista construiu no contexto das relações de poder, na luta de classes, na desigualdade de gênero e sexual.

Embora tenha havido retrocessos nos últimos anos, é necessário reconhecer que mesmo sendo uma atenção dada há poucas décadas, houve avanços e há atualmente a retomada dos esforços às políticas de juventude no sentido do estímulo à inclusão e ao enfrentamento da discriminação racial que adoece a juventude negra.

4. JUVENTUDES NEGRAS NA EJA

Os estudos sobre as juventudes negras na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil vêm aumentando, mas possuem uma história atravessada por desafios complexos, que caminham pelas questões raciais a contextos de desigualdade social e educacional. Como já colocado por este trabalho, cabe ressaltar a necessidade de se pensar as juventudes em sua pluralidade considerando uma análise crítica do que significa ser jovem no Brasil atual, principalmente quando o assunto é as questões de raça.

Conforme aponta Gomes (2018, p. 126), "para muitos negros, o fato de ser negro é vivido por muita dificuldade, já que foram introjetadas imagens negativas, produzidas pelo poder discriminatório, veiculadas pelos discursos acerca do "é" ser negro". Assim, a juventude negra não pode ser entendida de forma homogênea; ao contrário, suas vivências são mediadas por uma diversidade de fatores que incluem gênero, classe econômica e até o lugar em que vivem.

Em torno da Educação de Jovens e Adultos, os registros acadêmicos revelam-se valiosos ao explorar suas funções históricas e sociais. A EJA, que é essencial no processo de democratização do ensino, oferece êxitos e desafios que precisam ser analisados tendo como ponto de partida as necessidades das juventudes negras.

Arroyo (2005, p. 18) destaca que "a EJA como espaço formador terá de se configurar reconhecendo que esses jovens e adultos vêm de muitos espaços deformadores e formadores onde participam".

Essencialmente, enquanto a EJA representa uma nova alternativa para os que estão fora do sistema formal de ensino em suas etapas convencionais, ela também enfrenta limitações que requerem mudança na prática pedagógica e nas políticas públicas educacionais.

Os entraves enfrentados pelas juventudes negras na EJA não se limitam apenas ao campo educacional, mas estão vinculados a um contexto histórico e social mais amplo. Isto se reflete na falta de referências curriculares que respeitem e incluam a história e a cultura afro-brasileira de maneira significativa. Conforme argumentado por Menegolla e Santanna (2006, p. 53), "o currículo é o que o educando viveu e vive, percebe e sente durante seu processo de crescimento".

Tal argumento sugere que as abordagens pedagógicas precisam ser ressignificadas para que o currículo e a prática educativa dialoguem com a realidade vivenciada pelos estudantes negros. Nesse sentido

Não se trata de separar as múltiplas dimensões que caracterizam esses jovens como sujeitos sociais, mas de compreender a especificidade da raça nas suas vidas e indagar como a escola, e mais precisamente a EJA como um espaço formador, poderia contribuir de maneira mais afirmativa nesse processo. (Silva, 2010, p. 160)

Quando se trata do reconhecimento e validação das identidades étnico-raciais, os desafios se revelam igualmente significativos. Há uma preocupação crescente em fazer da escola um espaço de reconhecimento das diferentes vivências e contribuições culturais. Por isso

ao discutirmos a relação entre cultura e educação, é sempre bom lembrar que a educação não se reduz à escolarização. Ela é um amplo processo, constituinte da nossa humanização, que se realiza em diversos espaços sociais: na família, na comunidade, no trabalho, nas ações coletivas, nos grupos culturais, nos movimentos sociais, na escola, entre outros (Gomes, 2021, p. 170).

A literatura que dialoga sobre a valorização da história e da cultura afro-brasileira na educação aponta para a sua importância de maneira inquestionável. Freire (2017) destaca que educar é um ato político, e no contexto da EJA, as práticas educacionais precisam ser conscientizadoras, ou seja, voltadas para promover a autonomia dos estudantes através do reconhecimento de suas experiências e conhecimentos prévios.

Pode-se afirmar que os estudos sobre a inserção das juventudes negras na EJA sinalizam um campo repleto de desafios e oportunidades para a construção de uma educação mais equitativa e transformadora. Os desafios estão relacionados tanto ao reconhecimento e valorização das identidades negras, como à ampliação das políticas educacionais inclusivas que sirvam, de fato, a essa juventude.

4.1 Educação de Jovens e Adultos e Promoção da Igualdade Racial

Ao pensar sobre as juventudes negras, é inevitável observar os inúmeros desafios que enfrentam no cotidiano da sociedade brasileira, os quais interferem diretamente nas possibilidades de acesso e permanência nos espaços formais de educação.

Dessa forma, para que possamos compreender como funcionam suas experiências na Educação de Jovens e Adultos, é necessário também refletir sobre as desigualdades históricas sofridas por esse público desde os primeiros anos de vida devido ao racismo estrutural, que se manifesta na discriminação racial e na exclusão social, muitas vezes sendo responsáveis pela evasão escolar e as dificuldades enfrentadas durante todo o percurso escolar, principalmente em áreas periféricas e de baixa renda. Desse modo

Pode-se inferir que estudar a relação entre jovens negros e EJA implica alguns dos desafios que a modalidade de ensino de Educação de Jovens e Adultos tem de lidar atualmente, isto é, um universo distinto no que diz respeito à especificidade socioeconômica do seu educando/a, a questão geracional, o pertencimento étnico-racial, as vivências culturais e as perspectivas dos seus alunos/as em relação à escola. A análise do processo de inclusão de forma subalterna e das trajetórias escolares acidentadas nos leva a ponderar que as desigualdades educacionais em nosso país atingem de forma mais significativa a população afro-brasileira. (Silva, 2010, p. 107).

A EJA, assim, embora seja uma valiosa possibilidade de reaproximar esses jovens da escolarização, ainda precisa construir uma estrutura suficiente para lidar com a diversidade étnico-racial que compõe os seus espaços e, nesse sentido, Silva (2010, p.160) ressalta que “a própria discussão sobre diversidade étnico-racial ainda não se constitui como uma temática dos processos escolares da EJA, mesmo em tempos da Lei nº 10.639/2003 e suas diretrizes curriculares nacionais”. A lei citada define a obrigatoriedade do ensino relacionado à História e Cultura Afro-brasileira nas redes de ensino do Brasil e altera a Lei n.º 9.394/1996, no seguinte trecho:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

Ainda sobre a Lei 10.639/2003, Conceição (2016, p. 122) discute as dificuldades para aplicação desta nas instituições de ensino e nos afirma que “entraves como a falta de material didático para abordagem do tema, professores sem a qualificação adequada para a temática e falta de comprometimento profissional e vontade política” são pontos determinantes. Nesse sentido, a formação inicial do professor é fundamental para salientar a importância do estudo da história e cultura afro-brasileira, mas os sistemas de ensino precisam investir na formação continuada desses profissionais, tendo em vista às mudanças necessárias, principalmente em relação à conscientização para promoção da igualdade racial nesses espaços. Hooks (2017, p. 51) é incisiva ao afirmar que

Apesar de o multiculturalismo estar atualmente em foco em nossa sociedade, especialmente na educação, não há, nem de longe, discussões práticas suficientes acerca de como o contexto da sala de aula pode ser transformado de modo a fazer do aprendizado uma experiência de inclusão. Para que o esforço de respeitar e honrar a realidade social e a experiência de grupos não-brancos possa se refletir num processo pedagógico, nós, como professores – em todos os níveis, do ensino fundamental à universidade –, temos de reconhecer que o estilo de ensino tem de mudar. Vamos encarar a realidade: a maioria de nós frequentamos escolas onde o estilo de ensino refletia a noção de uma única norma de pensamento e experiência, a qual éramos encorajados a crer que fosse universal. Isso vale tanto para os professores não brancos quanto os brancos. A maioria de nós aprendemos a ensinar emitindo esse modelo.

Deste modo, a não aplicação das orientações do documento nos evidencia ainda outros problemas, tais como a escassez de materiais didático-pedagógicos, pois embora estes sejam construídos, há dificuldades na divulgação e ampliação do acesso; o currículo escolar, o qual normalmente dá mais atenção aos saberes sistematizados e se mantém distante do reconhecimento e valorização das diferenças culturais; falta de apoio da instituição em relação à divulgação das políticas públicas que estimulam a implementação dos saberes afro-brasileiros. Entretanto, embora esses problemas façam parte da realidade e ainda sejam enfrentados, Conceição (2016, p. 123) também destaca alguns avanços ao longo da efetivação das recomendações da lei:

Criação e oferta de curso de formação continuada para as relações étnico-raciais;
 No caso das religiões de matriz africana, houve a oferta de palestras com especialistas e sacerdotes da temática;
 Maior inserção no currículo de conteúdos relativos à diversidade racial, econômica, social e cultural da sociedade brasileira, enfatizando a matriz africana e afro-brasileira no processo de construção do Brasil;
 Criação e distribuição de materiais didáticos relativos aos aspectos positivos da cultura africana e afro-brasileira;
 Reconhecimento de que o racismo não é um problema que diz respeito apenas ao negro, já que ele é estruturante; portanto, a luta deve ser conjunta;
 Combate à ideologia do mito da democracia racial e do branqueamento;
 Conscientização de que a Lei 10.639/2003 modificou os arts. 26-A, 79-A e 79-B da Lei 9.394/1996 para inserir os conteúdos relativos à população africana e aos afro-brasileiros; e a religião deve ser contemplada;
 Por fim, maior aceitação da temática por parte de alunos, professores e gestores.

Na mesma perspectiva em apontar os aspectos positivos da lei, Gomes (2011, p. 74) afirma que:

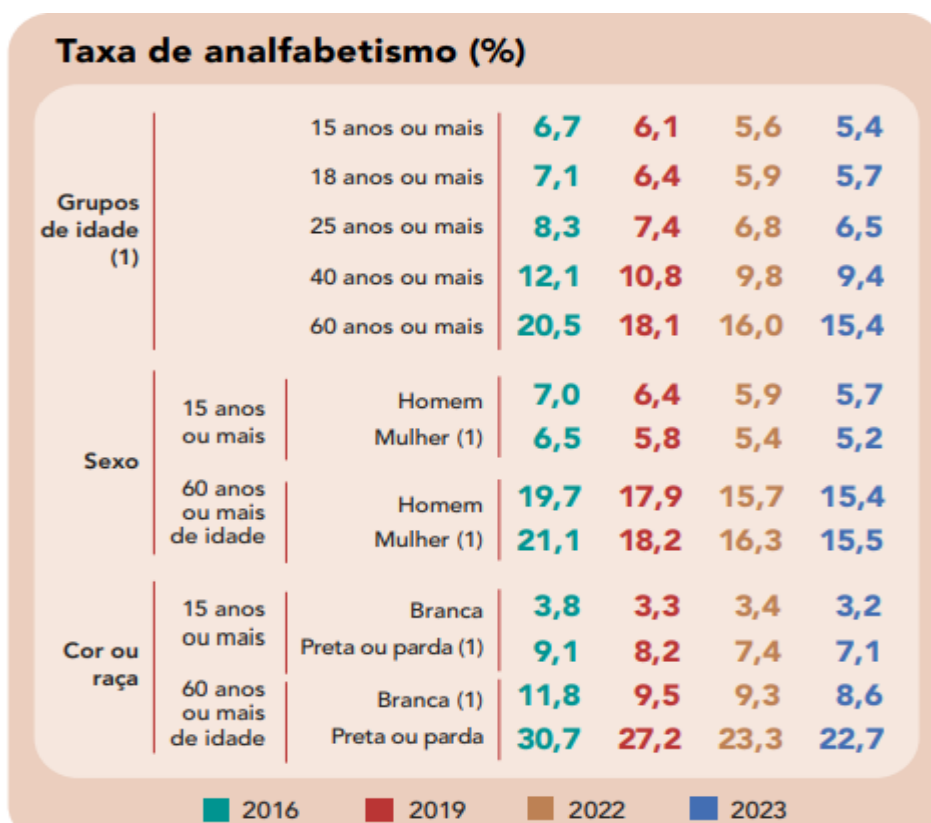
Descentrar os impactos do racismo na construção da identidade e da subjetividade dos negros e incluir como esse fenômeno afeta essas mesmas dimensões dos outros grupos étnico-raciais é um dos debates desencadeados pela introdução da lei 10.639/2003. Para tal, exigirá de nós um aprofundamento teórico sobre o tema, a superação de valores preconceituosos e uma visão sobre identidade conquanto uma construção social, cultural e política povoada de ambiguidades e conflitos, e não como algo estático.

Em suma, a lei 10.639/2003 simboliza um marco importante para a promoção da igualdade racial e a construção de identidade, no sentido de propiciar o combate à discriminação racial ao passo que busca a valorização da cultura africana e afro-brasileira enquanto imprescindível para compreender a contribuição dos negros para a formação do país.

4.2 A Educação Brasileira a Partir dos Dados do IBGE

Para compreender minimamente o contexto educacional brasileiro atual, buscamos os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para evidenciar o panorama da Educação com referência no segundo trimestre de 2023. Os dados que interferem diretamente na organização da modalidade de ensino em questão neste trabalho, a EJA, são alarmantes:

Figura 1: Percentual de analfabetismo



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2023.

De acordo com o PNAD (2023):

No Brasil, em 2023, havia 9,3 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade analfabetas, o equivalente a uma taxa de analfabetismo de 5,4%. Dessas pessoas, 54,7% (5,1 milhões de pessoas) viviam na Região Nordeste e 22,8% (2,1 milhões de pessoas) na Região Sudeste. Em relação a 2022, houve uma redução de 0,2 ponto percentual (p.p.) dessa taxa no País, o que corresponde a uma queda de pouco mais de 232 mil analfabetos em 2023. (...) Quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos. Em 2023, eram 5,2 milhões de analfabetos com 60 anos ou mais, o que equivale a uma taxa de analfabetismo de 15,4% para esse grupo etário. Ao incluir, gradualmente, os grupos etários mais novos, observa-se queda no analfabetismo: para 9,4% entre as pessoas com 40 anos ou mais, 6,5% entre aquelas com 25 anos ou mais e 5,4% entre a população de 15 anos ou mais. (...) Os analfabetos continuam concentrados entre os mais velhos. A taxa de analfabetismo das

mulheres de 15 anos ou mais, em 2023, foi de 5,2%, enquanto a dos homens foi de 5,7%. Para a faixa etária mais velha, nota-se que a taxa das mulheres foi superior à dos homens, alcançando 15,5% em 2023. Na análise por cor ou raça, chama-se atenção para a magnitude da diferença entre pessoas brancas e pretas ou pardas. Em 2023, 3,2% das pessoas de 15 anos ou mais de cor branca eram analfabetas, percentual que se eleva para 7,1% entre pessoas de cor preta ou parda. No grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo das pessoas de cor branca alcançou 8,6% e, entre as pessoas pretas ou pardas, chegou a 22,7%.

Os dados acima em relação às diferenças de gênero e raça nos índices de analfabetismo são reflexos de desigualdades construídas no Brasil e no mundo historicamente.

O analfabetismo entre as mulheres ainda é mais alto, especialmente em regiões rurais e entre as camadas mais pobres da população, o que certamente tem contribuição pelas vivências nas atividades domésticas, falta de escolas nas proximidades e a questão cultural que prioriza a educação masculina. No que se refere à raça, os índices são preocupantemente mais altos do que entre brancos.

Outra estatística relevante para este trabalho é o percentual de pessoas de 14 a 29 anos e que não frequentam escola, com nível de instrução inferior ao médio completo, segundo o sexo e a cor ou raça:

Figura 2: Percentual segundo sexo, cor e raça

Sexo e cor ou raça	Total	
	Absoluto (milhões)	Percentual (%)
Total (1)	9,0	100,0
Sexo		
Homem	5,2	58,1
Mulher	3,8	41,9
Cor ou raça		
Branca	2,5	27,4
Preta ou parda	6,4	71,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

As taxas de escolarização por meio do recorte de raça que revelam a grande disparidade de acesso e permanência na escola entre pessoas brancas e negras dão luz ao fato lastimável dos problemas enfrentados pela população negra ao longo da história e que impedem o seu desenvolvimento pessoal, social e cultural.

4.3 Racismo e Exclusão no Ambiente Escolar

Em “Racismo Brasileiro: uma história da formação do país”, Santos (2021, p.16) parte das premissas de que “não há história do Brasil sem o racismo” e que “esse atravessamento aconteceu de formas distintas ao longo do tempo, pois o racismo é um sistema de poder e de opressão historicamente construído”.

Assim, a autora faz uma análise no decorrer do livro de diferentes períodos históricos, da Colônia à República, buscando entender suas relações com a construção do racismo no Brasil, como está institucionalizado, como age através da exclusão sistemática e implica na negação de direitos básicos. Antes disso, ela nos diz que

Ao afirmar que o racismo é estrutural, estamos dizendo que ele está em todo lugar, mesmo que não tenhamos consciência disso. Essa é uma dimensão que condiz com a verdade/realidade do racismo, mas que ao mesmo tempo parece torná-lo etéreo e, mais uma vez, bastante difícil de precisar. Ao iniciar o desvelamento do racismo, percebemos que as ações discriminatórias e violentas que ele gera são apenas parte do problema, o que constitui um fator fundamental – que em último caso define a vida e a morte de sujeitos –, mas que encobre fundações sólidas sobre as quais paira nossa normalidade. Talvez esta seja a forma mais simples de dimensionar o que é o racismo no Brasil: é grande parte daquilo que consideramos normal. (Santos, p. 14, 2021)

Desse modo, sabendo que o racismo está presente em todas as esferas da sociedade, neste trabalho nos propomos a analisar como interfere no cotidiano dos jovens negros no contexto educacional da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nesse sentido, uma constatação essencial é a influência marcante do pertencimento étnico-racial na experiência educacional das juventudes negras dentro da EJA.

Os trabalhos na área evidenciam um cenário onde o racismo estrutural ainda persiste como um fator de exclusão e estigmatização, afetando diretamente a autoestima e a motivação dos alunos. Essa realidade, infelizmente, perpetua ciclos de desigualdade, limitando as oportunidades de emancipação pessoal e social.

Dentro deste quadro, a análise também identifica a invisibilidade da história e cultura afro-brasileira como um aspecto crítico no ambiente educacional da EJA. A ausência de referências culturais que validem as identidades negras contribui para a sensação de alienação entre os alunos.

Tendo isso em vista, a análise dos desafios enfrentados para a inclusão das juventudes negras na Educação de Jovens e Adultos (EJA) evidencia um cenário complexo, onde os avanços ainda precisam romper com barreiras estruturais profundamente enraizadas. A identificação destas barreiras é um passo crucial para a implementação de estratégias efetivas de inclusão e para assegurar que a EJA possa realmente cumprir seu papel transformador. Arroyo contribui nesse sentido ao afirmar que

As ausências dos sujeitos populares não se dão por ingênuo esquecimento, mas têm uma intencionalidade política, fazem parte dos processos políticos de segregação desses coletivos nos diversos territórios sociais, econômicos, políticos e culturais. Suas ausências nos centros tidos como produtores e transmissores únicos do conhecimento legítimo, do saber sério, válido, objetivo, científico que são as disciplinas e os ordenamentos curriculares é mais um dos mecanismos históricos de mantê-los ausentes, inexistentes como sujeitos sociais, políticos, culturais e intelectuais (Arroyo, 2013, p. 143).

Entre os desafios mais destacados, está a persistente desigualdade racial que permeia o sistema educacional brasileiro. Nas salas de aula da EJA, essa desigualdade se traduz em falta de recursos adequados, currículos pouco representativos e infraestrutura insuficiente, que muitas vezes relegam as unidades de EJA a uma condição subalterna dentro do sistema educacional.

De acordo com Arroyo (2005, p. 10), “A história oficial da EJA se confunde com a história do lugar social reservado aos setores populares. É uma modalidade do trato dado pelas elites aos adultos populares”.

Ainda sobre a questão curricular, verifica-se uma inadequação no que diz respeito à representação cultural e histórica das populações negras. O currículo da EJA ainda demonstra dificuldade em reconhecer e integrar as contribuições históricas e contemporâneas da negritude, privando os alunos de uma educação que reflita suas realidades e potencialidades.

Aquino (2021 p. 15-16) argumenta que “talvez possamos dizer que, além de uma questão de conhecimento, o currículo é também uma questão de identidade”. Esta ausência de representação não apenas invisibiliza as identidades raciais dos alunos, mas pode também desmotivar o envolvimento e a participação ativa no processo de aprendizagem.

Nessa perspectiva, em seus estudos sobre identidades culturais, Candau (2011, p. 26) nos diz que

(...) Tendemos a ter uma visão homogeneizadora e estereotipada de nós mesmos, em que nossa identidade cultural é muitas vezes vista como um lado “natural”. Desvelar esta realidade e favorecer uma visão dinâmica,

contextualizada e plural das nossas identidades culturais é fundamental, articulando-se a dimensão pessoal e coletiva destes processos. Ser conscientes de nossos enraizamentos culturais, dos processos de hibridização e de negação e silenciamento de determinados pertencimentos culturais, sendo capazes de reconhecê-los, nomeá-los e trabalhá-los constitui um exercício fundamental.

Outro desafio significativo é a formação dos educadores que atuam na EJA. Muitos professores ingressam nessa modalidade de ensino com pouca ou nenhuma preparação para lidar com as complexas questões raciais e sociais que influenciam o aprendizado dos jovens negros.

A formação inicial e continuada dos docentes é vital para que eles desenvolvam práticas pedagógicas que sejam culturalmente conscientizadoras. Gomes (2003, p. 169) enfatiza que "O MEC, a universidade, os centros de formação de professores, as escolas, enfim, todos se preocupam e concordam que é preciso hoje formá-los mais adequadamente tanto em seu percurso inicial quanto em serviço".

O suporte psicossocial também se apresenta como um desafio importante para a inclusão destas juventudes. Muitos dos alunos da EJA enfrentam, além das barreiras educacionais, dificuldades socioeconômicas e familiares complexas que impactam na sua assiduidade em relação a frequentar as aulas e se dedicar aos estudos. Estratégias de apoio psicossocial, embora fundamentais, ainda são escassas nos programas de EJA, impedindo que os jovens negros recebam a assistência necessária para superar tais barreiras.

Em resposta a esses desafios, torna-se evidente a necessidade de uma reavaliação das políticas públicas voltadas para a EJA, com um foco mais direto na diversidade e no combate às desigualdades raciais. Investimentos em infraestrutura, revisão curricular e políticas de inclusão que priorizem a formação de educadores com uma perspectiva crítica e antirracista são cruciais para transformar a EJA em um espaço efetivamente inclusivo e integrador. Bell Hooks, que evidencia o quanto suas ideias foram estimuladas a partir da Educação como Prática da Liberdade de Paulo Freire, afirma que:

O multiculturalismo obriga os educadores a reconhecer as estreitas fronteiras que moldaram o modo como o conhecimento é partilhado na sala de aula. Obriga todos nós a reconhecer nossa cumplicidade na aceitação e perpetuação de todos os tipos de parcialidade e preconceito. Os alunos estão ansiosos para derrubar os obstáculos do saber. Estão dispostos a se render ao maravilhamento de aprender e reaprender novas maneiras de conhecer que vão contra a corrente. Quando nós, como educadores, deixamos que nossa pedagogia seja radicalmente transformada pelo reconhecimento da multiculturalidade do mundo, podemos dar aos alunos a educação que eles desejam e merecem. Podemos ensinar de um jeito que transforma a

consciência, criando um clima de livre expressão que é a essência de uma educação em artes liberais verdadeiramente libertadora. (Hooks, 2017, p. 63).

A ampliação da presença das juventudes negras na EJA deve ser acompanhada por um compromisso real e contínuo em enfrentar os desafios impostos pelo racismo e pela desigualdade social.

A EJA, em sua natureza inclusiva, possui o potencial de transformar vidas, mas isso só será possível quando todos os atores do sistema educacional se comprometerem com práticas e políticas comprometidas com a diversidade e a justiça racial. Este esforço conjunto é fundamental para construir uma sociedade mais equitativa, onde todas as juventudes, em toda a sua pluralidade, possam florescer e contribuir integralmente.

5. A IMPORTÂNCIA DA EJA PARA A JUVENTUDE NEGRA

No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), o papel da escola é crucial para o acolhimento e o desenvolvimento das juventudes negras. As instituições de ensino, mais do que espaços de transmissão de conhecimento, devem atuar como agentes promotores de inclusão, reconhecimento cultural e transformação social. Nesta perspectiva, a análise da literatura bibliográfica presente neste trabalho revela que a escola pode tanto perpetuar as desigualdades e exclusões quanto servir como espaço de empoderamento e conscientização para as juventudes negras. Nessa perspectiva

É fato que a condição de classe social e de gênero constrói aproximações de trajetórias e vivências juvenis daqueles que se encontram na EJA. No entanto, ao analisarmos os significados e sentidos de "ser jovem negro" inserido nessa modalidade de ensino, percebemos que a situação racial acompanha a trajetória destes e os diferencia na forma de se verem e serem vistos pelo outro, tanto na trajetória escolar quanto nos processos identitários. Não se trata de separar as múltiplas dimensões que caracterizam esses jovens como sujeitos sociais, mas de compreender a especificidade da raça nas suas vidas e indagar como a escola e, mais precisamente a EJA como um espaço formador, poderia contribuir de maneira mais afirmativa nesse processo (Silva, 2010, p. 160).

Uma função central da escola é o reconhecimento e valorização das identidades negras, papel este que pode ser desempenhado por meio de um currículo inclusivo e culturalmente relevante. Este currículo deve ir além da mera adição de conteúdos relacionados à história e

cultura afro-brasileira, englobando práticas educativas que promovam o respeito e a valorização da diversidade cultural dentro e fora da sala de aula.

De acordo com Conceição (2016), "a cultura africana é muito mais complexa, passando pelas tecnologias e pelos métodos refinados de agricultura e medicina, portanto o ensino da cultura africana não pode ficar alheio à sistematização do conhecimento". Além disso, para Silva (1999, p.101-102)

É através do vínculo entre conhecimento, identidade e poder que os temas da raça e da etnia ganham seu lugar na teoria curricular. (...) O currículo é, sem dúvida, entre outras coisas, um texto racial. A questão da raça e da etnia não é simplesmente um "tema transversal": ela é uma questão central de conhecimento, poder e identidade. O conhecimento sobre raça e etnia incorporado no currículo não pode ser separado daquilo que as crianças e os jovens se tornarão como seres sociais.

Além do currículo, as práticas pedagógicas inclusivas são fundamentais para a criação de um ambiente escolar acolhedor. Envolver os alunos em discussões sobre relações raciais, discriminação e igualdade pode estimular a consciência crítica e fortalecer a autoestima dos jovens negros. Em muitas experiências exitosas de EJA, os professores têm adotado abordagens pedagógicas que incorporam linguagens e registros culturais próprios dos estudantes, facilitando a conexão e o engajamento nos processos de aprendizagem. Segundo Pereira (2007, p.10)

o currículo no seu processo de construção do conhecimento não resulta apenas de experiências trazidas de fora para dentro do espaço escolar. O currículo é um espaço vivo da construção e reconstrução do conhecimento quando seus sujeitos de forma recíproca criam, recriam e incorporam novas ações à suas vidas.

A formação e o desenvolvimento profissional dos educadores também são peças-chave para que a escola assuma seu papel de promotora de inclusão. Educadores preparados com uma visão crítica e inclusiva têm maior potencial de atuar como referência para esses jovens, capazes de inspirar e motivar seus alunos.

Silva (p. 155, 2010) afirma que "(...) a relação educativa entre o/a e o/a jovem surge como uma das características marcantes no processo de construção de significados e sentidos atribuídos pelos/as jovens negros/as à modalidade de ensino da EJA".

No entanto, o papel da escola não se limita apenas ao âmbito educacional. As instituições de ensino devem atuar também em parceria com as comunidades e outras entidades, promovendo uma rede de suporte que atenda às necessidades diversas dos alunos. A articulação com serviços psicossociais, organizações comunitárias e famílias pode fortalecer o impacto das

ações educativas, contribuindo para o bem-estar dos jovens negros. Nesse sentido, o papel da escola é o de ser um elo entre a educação formal e as ações sociais, incentivando práticas de cidadania ativa e engajamento comunitário.

Por fim, a escola deve se posicionar como espaço seguro e de resistência ao racismo estrutural. É imprescindível que as instituições eduquem sobre a igualdade racial de forma proativa, promovendo ações afirmativas que celebrem as histórias de sucesso dos alunos negros. Este posicionamento não apenas contribui para romper com os preconceitos e estigmas, mas também incentiva os estudantes a terem perspectivas.

A análise dos resultados dos estudos revisados corrobora a necessidade de que as escolas, especialmente dentro da EJA, adotem uma abordagem intencional e articulada para promover a justiça social e a equidade racial. A escola deve ser encarada não apenas como local de aprendizado, mas como um espaço de transformação, onde as juventudes negras possam se reconhecer e se afirmar, tendo suas histórias e perspectivas valorizadas. Assim, a função da escola no desenvolvimento das juventudes negras é vital para fomentar sociedades mais justas e igualitárias, onde o potencial de todos os jovens, independentemente de sua cor ou origem, possa ser vivido plenamente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os esforços para construção desse estudo, pudemos perceber que a presença das juventudes negras na Educação de Jovens e Adultos (EJA) ainda revela uma realidade atravessada por inúmeros desafios históricos e sociais que influenciam, conseqüentemente, a trajetória educacional desses sujeitos.

Como demonstrado ao longo do texto aqui produzido, a juventude negra não pode ser compreendida de forma homogênea; suas experiências são complexas, permeadas por fatores como gênero, classe econômica e, sobretudo, pela cor da pele. O racismo estrutural, ainda profundamente enraizado na sociedade brasileira, afeta não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso desses jovens no sistema educacional.

A Educação de Jovens e Adultos, enquanto importante modalidade de ensino presente na etapa da Educação Básica, configura-se como uma excelente oportunidade para democratização da educação brasileira, mas evidenciamos que ainda precisa se reestruturar para lidar de forma inclusiva com as questões que perpassam as diversidades étnico-raciais. Suas diretrizes curriculares precisam ser fortalecidas a partir de abordagens pedagógicas que integrem a história e cultura africana e afro-brasileira de forma mais contundente.

Como apontamos por meio das referências de alguns autores, é imprescindível que a educação promova a valorização das identidades negras, tanto no âmbito curricular quanto nas práticas pedagógicas, reconhecendo os saberes e as experiências desses estudantes.

Para que a EJA exerça sua função emancipadora, é necessário investimento na formação continuada dos professores, na promoção de práticas pedagógicas antirracistas e na construção de um ambiente que não somente acolha, mas principalmente fortaleça e valorize as diferenças culturais e identitárias.

Tendo em vista o percurso longo que ainda há para a superação de todos os problemas sociais que a juventude negra enfrenta diariamente, mesmo com as políticas públicas que foram introduzidas ao longo das últimas duas décadas e reafirmadas pelo atual governo, entendemos que o racismo estrutural enraizado na sociedade com ações que são perpetradas por diversas esferas da sociedade terá que ser combatido com muita luta, conscientes do papel da escola e de nós como futuros educadores negros que carregamos uma bagagem histórica importante para utilizar no aprendizado dos futuros alunos que terão suas histórias afetadas pelas situação impostas socialmente e que precisarão ter a consciência étnico-racial a fim de entender que ter acesso a todos os seus direitos não é ter privilégios, mas sim exercer sua cidadania.

Por fim, reconhecemos que a EJA tem um papel primordial para concretização das políticas de igualdade racial, no entanto, isso só pode acontecer de forma orgânica se os atravessamentos forem trabalhados coletivamente com o objetivo de combater as desigualdades sociais e a discriminação racial presentes nesse espaço. A construção de uma educação para as diferenças só será possível com o elo entre os diversos atores da sociedade: governos, educadores, estudantes e comunidade.

Assim, sabemos que a EJA fortalecida e bem estruturada, atuando no sentido da valorização da cultura e identidade negra, pode se apresentar como uma ferramenta fundamental para a construção de mudanças para a juventude negra, considerando sua pluralidade, seu desenvolvimento e promovendo sua emancipação.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- ARROYO, Miguel G. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. In: **Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos**. 2. ed. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do ensino sobre história e cultura afro-brasileira. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jan. 2003.
- BRASIL. **Secretaria Nacional de Juventude. Plano Juventude Negra Viva**. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/plano-juventude-negra-viva/2024_Plano_Juventude_Negra_Viva_.pdf. Acesso em: 06 nov. 2024.
- BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068_informativo.pdf. Acesso em: 13 nov. 2024.
- CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- ANDRADE, Carla C. de; SILVA, Enid Rocha Andrade da. A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades. In: **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.
- CALLIGARIS, Contardo. **A Adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- CONCEIÇÃO, Joalice Santos. Quando o assunto é sobre religiões de matriz africana: lei 10.639/2003. Revista da FAEEBA. **Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 45, p. 113-126, jan./abr. 2016.
- DE FREITAS, Ernani Cesar; PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, N. L. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da lei 10.639. In: **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GOMES, N. L. Educação e Identidade Negra. Aletria: **Revista de Estudos de Literatura**, v. 9, p. 38-47, 2002.

LABORNE, A. A. de P. Pedagogia da Crueldade: Racismo e Extermínio da Juventude Negra. **Educação em Revista**, v. 34, e.197406, p. 13, 2018.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

MENEGOLLA, M.; SANTANNA, I. M. **Por que planejar? Como planejar? Currículo. Área Aula**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. p. 50-58.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, Rosimeire; PEREIRA, A. S. **Juventudes, culturas e formação: experiências e trajetórias de pesquisa**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

SANTOS, Inaê Lopes dos. **Racismo Brasileiro: Uma história da formação do país**. São Paulo: Editora XYZ, 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Orientações curriculares para a educação de jovens, adultos e idosos (EJAI)**. Maceió: Editora Viva, p. 286-298, 2018.

SILVA, Natalino Neves da. **Juventude negra na EJA: o direito à diferença**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.